

EDITORIAL

Gestão democrática da escola e da educação: caminhos de pesquisa

***Democratic management school and democratic educational
management: research ways***

***Gestión democrática de la escuela y de la educación:
direcciones de la investigación***

É com satisfação que colocamos à disposição dos leitores o primeiro número do volume 28 da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE), assinalando o início das nossas atividades em 2012.

Dois marcos devem ser registrados neste momento. Um deles refere-se à mudança do ministro da Educação, quando a Revista estava em processo de produção. Desejamos, fortemente, que o novo ministro tenha êxito e se comprometa com as nossas bandeiras de luta. Dentre elas, sem dúvida, a mais urgente é somar-se às pressões pela promulgação da lei que irá pôr em movimento o Plano Nacional de Educação 2011-2020 (PNE). A lei do PNE continua, tardiamente, em tramitação no âmbito do Congresso. Os impasses e a ausência de acordos não têm deixado fluir definições capazes de fazer avançar o planejamento nacional pelo estabelecimento de padrões mais adequados de escolarização à população brasileira. O quadro agrava-se com as incertezas advindas da crise nas economias capitalistas, requerendo, mais que nunca, a inserção qualificada do Brasil no cenário mundial globalizado, o que requer a população com níveis adequados de escolaridade.

O segundo marco diz respeito mais diretamente a ações da Anpae por essa inserção. Referimo-nos à organização/realização do III Congresso Ibero Americano de Política e Administração da Educação, que vai acontecer em Zaragoza (Espanha), no período de 14 a 17 de novembro próximo. O evento, tema central da agenda de 2012 da Associação, insere-se no rol das instituições/atividades que procuram construir uma contra-hegemonia, oposta aos padrões da globalização dominante. Sua promoção desenvolve-se em regime de coparticipação com o Fórum Europeu de Administração Educacional da Espanha (FEAE-ES) e com o Fórum Português de Administração Educacional (FPAE-PT). Seu objetivo mais específico “*é reunir pesquisadores e docentes de educação superior, professores e diretores de instituições escolares e dirigentes e técnicos dos sistemas de ensino da Espanha, Portugal, Brasil e demais países irmãos da América Latina, para um exercício de análise e intercâmbio de estudos e experiências sobre política e administração educacional e sobre a formação dos profissionais da educação*”. São esperados debates e encaminhamentos em torno do tema central *Gestão Pedagógica*

e Política Educacional: desafios para a melhoria da formação e profissionalização dos educadores, que considera os desafios enfrentados hoje pelos sistemas educacionais em escala planetária, tais como a promoção da qualidade da educação e suas implicações na política e na gestão pedagógica; a formulação e execução de políticas e práticas de formação e valorização dos docentes e dirigentes educacionais; e as políticas de avaliação e profissionalização dos educadores.

No conteúdo deste número da RBP AE, a seção Artigos compõe-se de dez trabalhos, que abordam, por diferentes ângulos, dimensões e enfoques teóricos, a gestão e as políticas de educação, temáticas que lhe conferem organicidade. Salvo o ensaio que abre a seção Artigos, e o último, que a fecha, mas que abordam direta ou indiretamente a questão, a totalidade dos textos resulta de investigações voltadas para o debate da gestão democrática da escola e da democratização da educação, revelando os caminhos que a pesquisa vem percorrendo sobre o tema nos mais diferentes espaços geográficos/instituições do país e do exterior.

Abrindo a seção, encontra-se o ensaio de Bernadete Gatti (da Fundação Carlos Chagas) *A construção metodológica da pesquisa em educação*. Ele próprio problematiza esses caminhos, na medida em que apresenta um balanço e reflexões a respeito das dificuldades que vêm cercando a produção do conhecimento neste campo do saber. Analisa “aspectos que interferem na identificação do campo científico e suas formas investigativas”, além de sublinhar modos de utilização das abordagens mais comumente presentes nos “estudos em educação cujos objetivos são as ações educacionais nas realidades sociais e escolares”.

Os dois artigos seguintes resultam de pesquisa cujo foco analítico são programas que se proclamam estratégicos para a democratização do ensino superior. Raquel Aparecida Souza, da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Marcelo Soares Pereira da Silva da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – no texto intitulado *Organismos multilaterais e educação a distância* –, com base em dados provenientes de análise documental, discutem a atuação e influência das agências internacionais no ensino superior do país na modalidade educação a distância. Destacam, particularmente, os resultados das orientações de ações da década de 1990, mas indicam também continuidades nas políticas dos anos 2000. O outro artigo – *ProUni: análise de uma Política Pública no âmbito da PUC Minas* – que tem como autores Maria Auxiliadora Oliveira, Carlos Jamil Cury e Marina Lindaura Contarini, todos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), analisa a implementação do Programa Universidade para Todos no âmbito da instituição a que eles pertencem. Examina dados levantados a partir de análise documental, questionários aplicados junto a bolsistas e professores do programa e, ainda, em grupos focais, para, dentre outros aspectos, mostrar que o ProUni pode ser considerado exitoso como política de inclusão social, ao tempo em que procura comprovar esta constatação.

Em seqüência, situa-se um grupo de três artigos que tem por principal foco a gestão democrática no âmbito da escola. O primeiro, denominado *as interfaces da*

participação da família na gestão escolar, é de autoria de Priscila Ximenes do Nascimento e Luciana Rosa Marques, ambas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Decorre de pesquisa que investigou a participação da família de alunos na gestão de escolas municipais, utilizando-se de dados levantados por meio de observações, cuja análise teve por fundamento a teoria do cotidiano e os estudos sobre cotidianos escolares. Conclui que há participação das famílias, mas esta assume configurações diversas, de acordo com especificidades próprias ao grupo social que constitui a escola, variando conforme seus objetivos. Todavia, ainda que limitada, a participação familiar na gestão vem colaborando na construção de uma cultura escolar democrática. O segundo artigo – *Perfil de liderança do diretor de escola em Portugal: modos de atuação e estratégias de regulação da cultura organizacional* – tem por autores Nuno Carrola Ferreira e Leonor Lima Torres, ambos da Universidade do Minho, Portugal. Baseia-se em pesquisa, que objetivou analisar criticamente “o modo de funcionamento do órgão de gestão unipessoal de uma escola secundária portuguesa”, caracterizando a práxis cotidiana do seu diretor. É delineado o perfil-tipo do gestor, “caracterizado por certo hibridismo, assente na combinação de vários estilos, deixando transparecer, no seu quotidiano gestor, a valorização do exterior em detrimento do interior”. O terceiro texto deste grupo – *Gestão democrática e educação do campo* – é de Fernando José Martins, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *campus* de Foz do Iguaçu. Como sugere o título, procura demonstrar especificidades “de uma gestão democrática das escolas do campo”. Para tanto, dentre outras coisas, após proceder à discussão sobre distintas vertentes que tratam da gestão democrática, apresenta a perspectiva adotada pelo autor, bem como elementos que singularizam a educação do campo, sublinhando “elementos localizados no interior da ação pedagógica das unidades escolares, que buscam materializar a prática da gestão democrática”. Em seguida, há dois artigos que têm em comum a discussão da política e da gestão, articuladas à atuação dos professores. O primeiro, de Géssica Priscila Ramos, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), intitula-se *O professor na política educacional: tentativa de identidades forjadas?* Ele é fruto de investigação que examinou as políticas dos governos Mário Covas à frente do estado de São Paulo, por meio de análise bibliográfica e documental. Demonstra que políticas focadas no professor procuraram agir na identidade docente como estratégia de garantia da reforma educacional, com início em 1995. Sugere, ainda, que a focalização no docente parece ter-se mantido nos governos paulistas seguintes. O segundo texto – *As concepções de gestão e a vivência da prática escolar democrática* – é de autoria de Gabriela Zambão Abdian e Elianeth Dias Hernandes, ambas da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Marília. A partir de pesquisa-ação, é feita a análise sobre as possibilidades e os entraves do soerguimento de práticas democráticas na gestão escolar, com destaque para o processo de formação dos profissionais da educação que privilegie a dialogicidade na orientação de práticas pedagógicas.

O penúltimo artigo (*¿Son básicas las competencias básicas?*) é de Francesc J. Hernández i Dobon, da Universidade de Valência – Espanha. Com base em estudo

quantitativo em que variáveis são correlacionadas, questiona a validade de testes, como o PISA, destinados a medir a aquisição de competências básicas (postas em causa enquanto tais), sublinhando a desvinculação entre elas e o que o mercado de trabalho tem exigido em termos de absorção da força de trabalho com menor escolaridade, tomando como exemplo o setor da construção civil na Espanha. Abre argumentos polêmicos, colocando desafios aos pesquisadores na análise dos vínculos entre a escola e a sociedade e as competências que os testes procuram medir.

Princípios norteadores de políticas e decisões curriculares é o artigo que finaliza a seção. Trata-se de ensaio de autoria de Antônio Flávio Barbosa Moreira, da Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Origina-se de mesa redonda do simpósio internacional *Gestão da Educação, Currículo e Inovação Pedagógica*, promovido de forma conjunta pela Secretaria de Educação de Pernambuco, a Anpae Pernambuco e pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em outubro do ano passado. O alvo último das reflexões apresentadas no ensaio é a busca da “garantia de formulação de currículos inovadores, para a construção de uma escola de qualidade em nosso país”. A partir de um arcabouço conceitual que lhe serve de guia, discute como questão central a necessidade da formulação de uma política nacional de currículo cujos princípios orientem não só políticas estaduais e municipais, como também os planos curriculares das instituições escolares, defendendo a importância do local e do currículo construído com o concurso direto destas instituições, como instrumentos de concretização da qualidade da educação.

Por fim, na seção Documentos, socializamos com os leitores dois textos da maior importância. Preservando a memória viva da Associação, reproduzimos discurso proferido pelo nosso decano João Gualberto de Carvalho Meneses em homenagem simultânea à comemoração do centenário de nascimento do educador Carlos Corrêa Mascaro e à celebração do Jubileu de Ouro da Anpae (1961-2011), no início de 2011, por ocasião da realização do XXV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. O segundo documento é a *Nota Pública do Conselho Nacional de Educação sobre a Tramitação do Projeto de Lei 8.035/2010 Plano Nacional de Educação*, situada entre as ações de pressão de atores do campo educacional que propugnam por sua promulgação, tal como mencionado no início deste editorial.

Janete Maria Lins de Azevedo
Editora

Alice HappBotler
Editora Associada